

A ECONOMIA POLÍTICA NO CONTEXTO DA SOCIOLOGIA HISTÓRICA E POLÍTICA

A CONSTRUÇÃO HEREDITÁRIA DA CLASSE DOMINANTE

Marcelo Gonçalves Marcelino¹

Resumo: Uma agenda de estudos e pesquisas no Brasil que procure elucidar o fenômeno do poder político e econômico a partir da explicação sociológica que envolve as famílias históricas da classe dominante passa a ser a provocação, ao menos embrionária desse artigo. O processo de dominação no sistema capitalista dependente brasileiro está sob o controle de famílias históricas da burguesia nacional a partir da colonização em conluio com o imperialismo. Significa afirmar que a classe dominante controla o poder político desde os três poderes (legislativo, executivo e judiciário) e demais instituições no interior da administração pública e as empresas estratégicas do Estado. O controle político dos aparelhos de Estado é uma condição dos ditames do imperialismo e da burguesia nacional para o controle da economia do país. As empresas privadas dos diversos segmentos estão intimamente imbricadas com o Estado brasileiro, principalmente as grandes empresas nacionais e suas relações de proximidade e dependência dos grandes conglomerados econômicos e financeiros transnacionais, em especial no presente da globalização econômica e financeira neoliberal. As políticas públicas, a máquina tecnocrática estatal e as instituições estratégicas do poder político estão sob a égide macroestrutural do imperialismo, onde as famílias históricas

¹ Graduado em Ciências Econômicas e Ciências Sociais pela UFPR, licenciado em Matemática pela UTFPR, especialista em Sociologia Política, mestre e doutor em Sociologia pela UFPR, pertencente ao NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), NESEF – Núcleo de Estudos da Educação Filosófica pertencente ao setor de Educação, ambos da UFPR. Pesquisador, professor, escritor e consultor acadêmico.

Email: mgmarcelino10@yahoo.com.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7410367950433268>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6930-3849>

da classe dominante controlam em nível local, provincial e nacional os espaços de poder; muitas vezes em parceria com sócios globais do poder universal. Como esse processo pode ser explicado pelo controle da burguesia através dessas famílias da classe dominante historicamente; seja pela via do controle dos aparelhos de Estado e/ou se associando com organizações privadas é o desafio dessa discussão embrionária, levando sempre em consideração aspectos macroestruturantes de abordagem holística que envolvem as diversas áreas das ciências sociais e humanas.

Palavras-chave: Classe dominante. Famílias históricas. Poder político e econômico.

THE POLITICAL ECONOMY IN THE CONTEXT OF
HISTORICAL AND POLITICAL SOCIOLOGY
THE HEREDITARY CONSTRUCTION OF THE DOMINANT CLASS

Abstract: An agenda for studies and research in Brazil that seeks to elucidate the phenomenon of political and economic power from the sociological explanation that involves the historical families of the ruling class becomes the provocation, at least in the beginning of this article. The process of domination in the Brazilian dependent capitalist system is under the control of historical families of the national bourgeoisie since colonization in collusion with imperialism. It means affirming that the ruling class controls political power from the three powers (legislative, executive and judiciary) and other institutions within the public administration and the strategic companies of the State. The political control of the State apparatuses is a condition of the dictates of imperialism and the national bourgeoisie for the control of the country's economy. Private companies from different segments are intimately intertwined with the Brazilian State, mainly the large national companies and their relationships of proximity and dependence on the large transnational economic and financial conglomerates, especially in the present of neoliberal economic and financial globalization. Public policies, the state technocratic machine and the strategic institutions of political power are under the macrostructural

aegis of imperialism, where the historical families of the ruling class control the spaces of power at the local, provincial and national level; often in partnership with global partners of universal power. How can this process be explained by the control of the bourgeoisie through these ruling class families historically; whether by controlling State apparatuses and/or associating with private organizations is the challenge of this embryonic discussion, always taking into account macro-structural aspects of a holistic approach that involve the various areas of social sciences and humanities.

Keywords: Ruling class. historical families. Political and economic power.

Introdução

A sociologia de forma geral não trata do objeto de pesquisa que relaciona famílias e classe dominante. Hoje no Brasil existe um número reduzido de grupos de pesquisa nas universidades que tratam de pesquisar e estudar esse fenômeno sociológico, apesar do aumento do interesse dessa agenda ser notório nos últimos tempos. O Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DECISO) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPR ao qual nos vinculamos procura tratar temas relacionados a grandes áreas de estudo que compreendem a sociologia histórica, sociologia política e mais recentemente a economia política como no caso das pesquisas que envolvem famílias, classe dominante e capitalismo com suas instituições políticas e econômicas no âmbito público e privado. Ao mesmo tempo temas que envolvem políticas públicas, ciência política e educação filosófica dialogam com a economia política e com a sociologia nesse arco holístico de abordagem e debate teórico.

A parceria com o Núcleo de Estudos da Educação Filosófica (NESEF) também da UFPR e demais instituições interessadas nas abordagens sobre famílias e classe dominante permitiram o avanço dessa agenda de pesquisa, estudos e debates a ponto de inaugurarmos uma fase de publicações que envolvem estudos que abordam temas sobre a educação, serviço social e também em certa medida a área que envolve os estudos do Direito.

A necessidade da compreensão desse fenômeno sociológico aumentou, em parte devido as últimas revelações de dados estatísticos que demonstram o aumento e a concentração brutal da riqueza no mundo e no Brasil. Compreender a concentração de renda no Brasil passa necessariamente pelas famílias históricas do poder e mais recentemente pelas famílias denominadas de “emergentes” que datam principalmente entre a transição oligárquica fundiária e a metamorfoseada burguesia da década de 1930 e também como marco temporal o pós-segunda guerra mundial com o aumento da imigração com maior intensidade. As instituições jurídicas, políticas, a administração pública e as empresas estratégicas do Estado brasileiro estão repletas de exemplos de que o nepotismo, o compadrio e as relações de permutas políticas entre as diversas frações da classe dominante fazem parte do cotidiano das práticas políticas e econômicas no Brasil. As estratégias de casamento e de diversos vínculos de parentesco entre as famílias históricas do poder e outras recém chegadas contribuem muito frequentemente, ainda no presente para a construção dos grupos políticos e econômicos dominantes no país.

A gênese do processo de concentração de renda e riquezas no Brasil pode ser encontrada nas pesquisas e nas abordagens teóricas sobre o tema onde as famílias aparecem como detentoras de

terras, cargos na administração pública e negócios relacionados à escravidão, mineração e demais formas de exploração da natureza desde o período colonial. A construção da economia política no Brasil evidentemente não se desenvolveu como na Europa e mais tarde nos EUA, mesmo porque não havia na fase colonial brasileira agrupamentos sociais e as condições materiais capazes de romper com a ordem agrária escravocrata vigente como nas revoluções industriais a partir de uma burguesia que estava sendo gestada anteriormente.

Portanto, a economia política no Brasil até recentemente se baseou na pilhagem e na devastação colonial até o final da Primeira ou da Velha República. As formas de governo se modificaram assim como os sistemas de engrenagens econômicas, mas as estratégias de controle e dominação do poder político e econômico por parte da classe dominante se adaptaram perante as conjunturas e as estruturas organizacionais do sistema capitalista dependente no Brasil.

A pobreza e a desigualdade econômica e social no Brasil foram produzidas pelas decisões de poder da classe dominante onde as famílias históricas detêm o controle e o domínio dessas políticas de exclusão social permanente da grande maioria e de manutenção e reprodução da concentração de poder por parte dessa classe social privilegiada.

Desde as primeiras etapas do seu desenvolvimento até os dias de hoje o Brasil permanece sendo controlado por elites políticas e por uma burguesia nacional e estrangeira seja tradicional como recente, mas que tem em comum conexões multifacetadas e dinâmicas entrelaçadas ao longo da história e também no espaço de influências em diversos setores do capitalismo. Mas cabe de forma introdutória

estabelecer algumas abordagens históricas e sociológicas explicativas para a discussão.

Segundo Osório Silva apud Oliveira (2001; p. 37):

A estrutura inicial da classe dominante é a posse da terra. A história agrária do Brasil é a história política do acesso e controle das propriedades agrárias pelo senhorio rural. A fundação da classe dominante tem um dos seus mais fortes pilares na posse do bem de raiz primordial, representado pela terra. Na legitimidade outorgada pela Coroa para os grandes proprietários, mediante o instituto das sesmarias, verifica-se a mediação entre o Estado colonial e os proprietários. Muitas vezes a concessão de uma sesmaria era apenas um reconhecimento oficial por parte da Coroa de terras que já eram ocupadas pelo proprietário há bastante tempo. A concessão de sesmarias reproduzia juridicamente a dominação política e econômica de fato, uma vez que os solicitantes deveriam ter posição social e escravos suficientes para justificar, garantir e conseguir a sua sesmaria. O sesmariamento com a formação de um senhorio rural possui características fundamentais na construção de relações de prestígio e de poder.

O grupo social superior que tem direito às sesmarias em função de seus cabedais passa a formar as estruturas elementares do poder político local no Brasil Colônia. Nos documentos antigos, é referido como “a nobreza da terra”, “as principais famílias da vila” ou detém o conceito de “homens bons”. Este grupo social de origem heterogênea era composto de diferentes matrizes sociais. Desde pessoas humildes em Portugal, e que no Brasil tornaram-se aventureiros, comerciantes ou senhores da guerra, até aqueles identificados como elementos oriundos da baixa nobreza e mesmo da grande fidalguia portuguesa. Esses quadros formam e representam um papel político fundamental na governança das vilas brasileiras.

Esses elementos que Ricardo Oliveira (2001) e outros autores clássicos brasileiros dessa temática procuram evidenciar, isto é, as famílias históricas que construíram suas trajetórias e reproduziram suas estratégias de poder são peças chave para a melhor compreensão dos processos constitutivos das estruturas de poder no Brasil. Esse processo permanece ainda inalterado, mesmo durante séculos construindo e aperfeiçoando suas formas de organização social, po-

lítica e econômica a partir da posse, controle e ampliação dos domínios territoriais desde a colônia em parceria com os ditames da coroa portuguesa. As diferenças entre as formas de organização social e política ao longo do tempo não devem perder a dimensão do poder familiar hereditário que mostra a sua capacidade de adaptação diante de contextos distintos.

Raízes do poder no Brasil e formas de organização da classe dominante

Compreendendo que as famílias hereditárias controlam a terra e as instituições administrativas do Estado o conceito de patrimonialismo não pode ser simplesmente descartado, já que praticamente toda a riqueza da classe dominante era proveniente das receitas acumuladas a partir dos ganhos da exploração da terra controlada pelo Estado e do orçamento advindos do recolhimento de impostos também via aparelho estatal administrativo dominado por frações da classe burguesas distintas, e que sempre pertenciam a grupos privilegiados de poder.

Havíamos apontado em abordagens anteriores que a classe dominante desde o período feudal-mercantilista era composta no sentido geral pela nobreza, a burguesia mercantil, financista e pelo clero que organizavam as estruturas hierárquicas sociais e políticas diante de acordos e disputas seculares. No Brasil colonial a classe dominante apesar de dividida em grupos que controlavam o aparelho político e o aparato militar e se estruturavam em torno da exploração da terra as diferenças e os interesses eram disputados em torno de rearranjos de forças, onde em grande medida a organização do nú-

cleo familiar aparecia como elemento importante de sociabilidade e estratégia política e econômica de dominação.

A pilhagem colonial e a rapina das receitas administrativas provenientes do controle dos aparelhos de Estado sempre foram uma rotina permanente, assim como a exploração das terras através da escravidão secular. Ao mesmo tempo não se trata do denominado “Estado corrupto”, mas sim da apropriação desse pela classe dominante e que também controla o “mercado” ou os setores privados mais poderosos. Jessé Souza (2017) critica com razão a posição daqueles que persistem em demonizar o Estado como sendo o responsável pelos males da corrupção e dos desvios de toda ordem e recursos.

Afinal, o “mercado” como aparentemente distante e isento no processo de corrupção atua sempre com o Estado numa simbiose de interesses diversos onde o setor público e os bens públicos são capturados pelos interesses do “mercado” onde o sistema capitalista monopolista de Estado promove toda a escalada de ampliação e reprodução do capital de grande monta e nunca sem a presença permanente do “Estado” e sem também a constante atuação dos agentes públicos agindo no sentido de viabilizar os investimentos, financiamentos e toda a política fiscal, monetária, cambial, tributária e legal em favor desse sistema a partir das múltiplas instituições pertencentes ao aparelho estatal.

Desta maneira cabe a consideração de Souza (2017; p. 136):

A noção de patrimonialismo é falsa por duas razões: primeiro as elites que privatizam o público não estão apenas nem principalmente no Estado, e o real assalto ao Estado é feito por agentes que estão fora dele, principalmente no mercado. A elite que efetivamente rapina o trabalho coletivo da sociedade está fora do Estado e se materializa na elite do dinheiro, ou seja, do mercado, que abarca a parte do leão do saque.

A economia política brasileira passa por algumas fases de transformação desde o processo de implantação das capitânicas e sesmarias do período colonial em transição para o imperial e mais tarde no século XX, em especial a partir da década de 1930 modificando o cenário político e o panorama econômico brasileiro. A entrada das empresas estrangeiras e o desenvolvimento dos aparelhos burocráticos em consonância com o projeto de industrialização incluindo empresas estatais e privadas nacionais contribuíram para dinamizar a economia brasileira nessa fase de expansão do capitalismo embrionário no Brasil. Diante dessa complexidade envolvendo as oligarquias rurais tradicionais adaptando-se às mudanças na conjuntura política e nas estruturas econômicas ditadas pelo dirigismo estatal industrializante novas perspectivas de pilhagem do Estado se ampliam, assim como o “mito” da corrupção toma uma forma ainda mais “sofisticada” em termos de retórica, numa engrenagem que combina discurso político e engenharia intelectual de verniz academicista.

Ainda segundo Souza (2017; p. 136-137):

Na verdade, o Estado é privatizado em todo o lugar, e a noção de patrimonialismo apenas esconde mais esse fato fundamental, possibilitando uma dupla inviabilização: dos interesses privados que realmente dominam o Estado; e do rebaixamento geral dos brasileiros, que passam a tratar não apenas os estrangeiros, mas os interesses estrangeiros, como superiores e produto de uma moralidade superior. A atual destruição da Petrobrás – sob acusação de corrupção patrimonialista, como se as petroleiras estrangeiras que irão substituí-la também não o fossem e em grau seguramente muito maior – é um perfeito exemplo prático dos efeitos vira-latas dessa teoria.

As abordagens de Jessé Souza (2017) correspondem não apenas a uma crítica da teoria que envolve a sociologia política e

a sociologia histórica brasileira clássica como também da própria economia política de conjunto, onde o sistema capitalista, apesar de não ser contestado na sua gênese por Jessé mostra a total conexão entre interesses do Estado capitalista e das corporações nacionais e estrangeiras capturadas pela classe dominante.

Levando em consideração a crítica ao conceito de patrimonialismo que ele expõe de maneira geral, mas sem se debruçar com o devido rigor nesse momento procuramos ponderar alguns dos seus aspectos. Desta forma, cabe algumas incursões necessárias por mais ligeiras que se apresentem no sentido de instigar o debate acerca do tema relevante em uma perspectiva histórica e sociológica. Mesmo a princípio correta, a visão de Jessé em certo sentido ignora aspectos importantes destacados por Raimundo Faoro (2001) e cabe examinarmos alguns elementos para posterior análise de forma mais elaborada através do próprio conceito de patrimonialismo.

De acordo com Sandroni (2005; p. 629) sobre o conceito de patrimonialismo:

Sistema de dominação política ou de autoridade tradicional em que a riqueza, os bens sociais, cargos e direitos são distribuídos como patrimônios pessoais de um chefe ou de um governante. Ultrapassa o âmbito das relações pessoais e familiares típicas do patriarcalismo, englobando até mesmo a estrutura de um Estado, um corpo de funcionários burocráticos, sem vínculos de parentesco com o soberano, administra, controla e usufrui do patrimônio público, que se apresenta como propriedade pessoal do governante. Um Estado de tipo patrimonialista não diferencia, portanto, a esfera pública da privada. Foram patrimonialistas os Estados burocráticos do antigo Oriente; no Ocidente, um exemplo típico foi o Estado português, cuja monarquia controlava todas as atividades econômicas por meio de um corpo organizado de funcionários e distribuía as vastas terras incorporadas às Coroa pelos descobrimentos marítimos. Essa tradição patrimonialista foi herdada pelo Brasil com sua administração colonial baseada nas capitânicas e na economia centrada na grande propriedade

familiar de monocultura. Segundo alguns autores, uma sociedade capitalista nascida de uma tradição patrimonial tenderia a formas autoritárias de dominação política, ao contrário das formações capitalistas originárias do feudalismo descentralizador (Europa), que seriam mais adequadas ao desenvolvimento e manutenção da democracia representativa.

A crítica de Jessé Souza no que diz respeito ao conceito e a abordagem teórica do patrimonialismo concebida em Faoro (2001) e Freyre (2006) colocam possibilidades de incursões teóricas múltiplas e multifacetadas tomando como base introdutória seu conceito mais genérico exposto na passagem acima. Se considerarmos o final da passagem citada corroboramos em certa medida com as críticas de Jessé Souza (2017) já que expõe aparentemente algumas diferenças entre as formações ibéricas; em particular do modelo na formação da construção do Estado português em comparação as formas medieval-mercantilistas na Inglaterra, França e Holanda, mas com problemas de generalizações que não conseguem explicar de maneira satisfatória a tipificação que desemboca numa melhor ou pior organização social e política.

Mas, nesse sentido, a passagem seguinte procura contribuir com essa discussão incluindo alguns dos elementos que compõe a estrutura organizacional do patrimonialismo que são fundamentais na compreensão do fenômeno sociológico.

Ainda segundo, Machado, Marcelino e Capraro (2015; p. 84):

Nesse sentido, na visão de Raimundo Faoro, o patronato político no período do Império no Brasil se concentraria principalmente nas mãos dos grandes proprietários de terras. Esta passagem “... Os homens do interior, com os meios de domínio econômico e social que lhes dava a fazenda [ou seja, suas terras] teriam todas as condições de exercer o poder político, numa projeção nacional”, ilustra de forma exemplar esta concentração de poder. Isto ocorreria, segundo o autor, justamente pela necessidade

que o Estado teria em delegar parte da administração local ou sua totalidade a esses proprietários, dando a estes completa autoridade sobre seus dependentes. A relação entre Estado e proprietários de terras, portanto, iria além da distribuição de empregos públicos visando apoio eleitoral dos mesmos, mas sim, funcionaria como um instrumento de controle em termos fiscais e militares do governo.

Essa passagem incorpora outras categorias sociológicas que procuram analisar o patrimonialismo através de uma perspectiva que não apenas relaciona o controle do aparato burocrático estatal no sentido de viabilizar apenas os interesses dos privilegiados que controlam as instituições, mas também e principalmente pelas formas de organização entre os proprietários de terras e o Estado na distribuição de cargos e da própria garantia do poder nas mãos dos mais amplos e variados grupos e setores institucionais, inclusive na Guarda Nacional e no próprio setor militar, numa engrenagem que incorpora as famílias históricas. Esse processo é bem mais complexo do que as críticas levantadas por Jessé Souza. Diante dessa importante discussão cabe ressaltar uma passagem do próprio Faoro na obra “Os donos do poder”.

De acordo com Faoro (2001; p. 823-824):

O domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre o largo território, subordinando muitas unidades políticas. Sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável o mando dos fazendeiros, do senhor de engenho e nos coronéis. Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos estremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em

patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia. Daí se arma o capitalismo político, ou capitalismo politicamente orientado, não calculável nas suas operações, em terminologia adotada no curso deste trabalho. A compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves de compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro, ao longo de muitos séculos de assédio do núcleo ativo e expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores, numa pressão de fora para dentro. Ao contrário, o mundo feudal, fechado por essência, não resiste ao impacto, quebrando-se internamente, para se satelitizar, desfigurado, ao sistema solar do moderno capitalismo. Capaz de comerciar, exportando e importando, ele adquire feição especulativa mesmo nas suas expressões nominalmente industriais, forçando a centralização do comando econômico num quadro dirigente. Enquanto o sistema feudal separa-se do capitalismo, enrijecendo-se antes de partir-se, o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia.

Essa abordagem de Faoro repleta de intersecções coloca o conceito ou mesmo a abordagem teórica do patrimonialismo numa perspectiva crítica onde ocorrem conjunções de fatores e de estruturas sociais, econômicas e políticas combinadas onde o Estado articula uma dinâmica que apesar de extrapolá-lo confere a esse a capacidade de mediar interlocuções não apenas na fase feudal-mercantil como também diante dos imperativos capitalistas externas e internas. Cabe observar uma importante consideração envolvendo o conceito de estamento e classe social que contribui para o debate.

Desta maneira, segundo Hirano (2002; p. 114):

Há uma conexão, porém não necessária, entre capitalismo comercial e classes proprietárias e a *sociedade estamental*. Eis a afirmação de Weber: “Os estamentos, devido ao seu centro de gravidade, se formam frequen-

temente por classes de propriedade”. Concluimos daí que a classe proprietária é a que conserva em maior grau as características da sociedade estamental, tais como a marca de *convencional*, “ordenada pelas regras de estilo de vida, elaborando desse modo as condições de consumo economicamente irracionais impedindo a constituição do mercado livre pela apropriação monopolística e pela eliminação da livre disposição sobre a própria capacidade aquisitiva”. Esta é, em parte, uma das características do capitalismo mercantilista ou monopolista (ver capítulo II, parte referente a Weber – onde discutimos estamento e organização econômica, patrimonialismo e a peculiaridade geral de sua administração).

No caso brasileiro a classe dominante utilizou-se de várias estratégias históricas de controle e dominação dos recursos dentro e fora dos aparelhos estatais onde as famílias viabilizaram seu projeto de expansão, acumulação e reprodução dos “capitais” que garantiram seu poder por gerações até esse momento histórico na contemporaneidade.

Ainda segundo Hirano (2002; p. 133):

Em suma, as classes sociais são categorias históricas e transitórias e são determinadas pela transição do feudalismo ao capitalismo moderno. O referencial básico é a produção social historicamente determinada, ou seja, o modo de produção capitalista moderno. Em sua fase de constituição, a oposição central é entre a burguesia e a nobreza (ou estamento), simbolizando aquela um momento de *generalidade* e refletindo, por conseguinte o interesse comum de toda a sociedade emergente, expressando assim “em termos ideais” a “forma do geral” – a burguesia apresenta “estas idéias como as únicas racionais e dotadas de vigência absoluta”

Notem que essa dicotomia entre estamento e classe social não representa necessariamente uma fórmula geral da sociedade colonial tradicional para a da burguesia do século XX, principalmente no caso brasileiro, onde a coexistência de culturas e práticas estamentais com as incipientes formas burguesas de organização social, política e econômica ocorreram na forma de simbioses entre Estado

e “mercado”, mas com a centralidade no Estado como alicerce de articulação e mediação.

Mas, afinal, ao mesmo tempo o discurso do Estado como centro gravitacional e “culpa de todos os males” pode corresponder ao conceito de patrimonialismo e sobreviver como uma teoria importante é o que nos propomos a explicar com todas as suas características. Em outras sociedades o Estado também tem uma participação fundamental tomando como três dos maiores exemplos em 2020; no caso os EUA, China e Rússia, cada qual com a sua especificidade e formas seculares de organização.

No caso brasileiro a sua particularidade reside na sua forma de organização peculiar no que tange a permanência da continuidade das estruturas de poder seculares desde a fase colonial de organização e expansão imbricada por famílias diante da ordem estamental e das simbioses adaptativas de incorporação ao capitalismo tardio e dependente.

O patrimonialismo contribui para a crítica da formação da estrutura social e política metamorfoseada na transição concomitante da ordem burguesa em ascensão, mesmo diante da ênfase aos seus problemas teóricos que na sua gênese são discutíveis e passíveis de questionamentos dos mais diversos.

Isso não significa dizer que os núcleos familiares não possam aparecer em países de tradição não ibéricos ou típicos da cultura organizacional portuguesa, ao contrário, mesmo porque, em países milenares como a China e a Índia esse fenômeno permanece presente na estruturação dessas sociedades.

Cabe aqui salientarmos as características peculiares da formação e da organização da estrutura social e política no Brasil, onde

o conceito de patrimonialismo, mesmo que esse possa ser refutado, parcial ou integralmente por argumentações das mais diversas.

Deve se ter em mente, que mesmo ao criticá-lo essa abordagem teórica permite várias possibilidades de recortes teórico-conceituais importantes no encaminhamento da compreensão de uma série de fenômenos sócio-políticos contidos nele. Nesse sentido precisamos ampliar essa discussão e condensar a temática envolvendo outros conceitos como forma de explicar a organização social e política no Brasil.

Segundo Oliveira (2001; p. 198):

A compreensão da história política brasileira só pode ser empreendida através da sua explicação enquanto um processo dinâmico em curso. Nesse processo, as teses parciais podem ser sintetizadas em um movimento concreto nas relações de formação entre a classe dominante e o Estado. A tese da ordem privada ganha sentido ao analisarmos as práticas políticas da classe dominante frente ao aparelho de Estado. Quanto mais local for a sua esfera e mais antiga na história colonial, maior será a tendência do controle privatizante e patrimonial das classes dominantes. O tradicional mandonismo, através do qual os poderosos se utilizavam do Estado. Já a tese da forte presença do Estado nos fenômenos sociais, econômicos e estratégicos da formação brasileira aponta para o relevante papel do Estado na configuração nacional. A síntese dialética entre as duas posições já foi vislumbrada por alguns autores. Fernando Uricoechea em *O Minotauro Imperial*.

Essa construção histórica onde os aparelhos estatais combinam um grau de dominância sob a responsabilidade e o controle dos servidores públicos de alto escalão e de outros grupos mandatários do poder são o resultado da construção do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, outras funções relacionadas ao aparato jurídico e das forças armadas locais e militares estabeleciam suas conexões e formas imbricadas de compartilhar o poder e as demais frações

de classe que ainda agrupavam possuidores de grandes extensões de sesmarias e demais comerciantes durante a grande trajetória de expansão da formação do Estado, das classes sociais e da economia política brasileira.

A importância do conceito e da abordagem teórica do patrimonialismo enquanto conceito social e político deve ser considerado não apenas pela abordagem em si, mas principalmente pelas possibilidades de incursões teóricas que esse suscita.

Ainda segundo Oliveira (2001; p. 199):

Em nossa opinião, os conceitos de feudalismo e de patrimonialismo são insuficientes para a análise da formação brasileira. Ainda que possam ser utilizados para ilustrar aspectos específicos de algumas relações políticas, não conseguem apreender a lógica de funcionamento mais geral da sociedade de classes. Julgamos mais conveniente a conceituação do modo de produção escravista colonial como definido por Jacob Gorender, 1985 e de Estado escravista colonial como apresentado por Décio Saes, 1985.

Desta maneira, como mencionado por Oliveira e já advertidamente introduzido nas abordagens anteriores, o patrimonialismo passa a margem das suas críticas sendo um conceito e uma abordagem teórica importante para a sociologia brasileira no que tange alguns aspectos específicos ou peculiares da formação política e social brasileira. Isso não significa que deva passar incólume acerca de severas críticas ou intervenções sérias, ao contrário, o caso de Jessé Souza em seu recente livro *A Elite do Atraso* mostra a importância do seu debate atual e da necessidade de uma investigação mais apurada de seus fenômenos sociais e políticos.

Ainda segundo Oliveira (2001; p 200):

A ênfase na ordem privada é o espaço político da ação dos grupos da classe dominante local. Geralmente são os proprietários rurais e os comerciantes locais na sua ação frente ao aparelho municipal do estado ou os cargos locais e regionais. O seu papel enquanto fração da classe dominante subalterna dentro do bloco no poder indica a sua fragilidade perante as esferas superiores do aparelho de Estado. No período colonial, a fração hegemônica se identifica com os grandes grupos mercantis e com a alta nobreza da corte em Portugal. No Brasil Imperial, a grande propriedade exportadora escravocrata iria cada vez mais perdendo a sua hegemonia dentro do bloco no poder para os grandes grupos mercantis e a nova burguesia cafeeira no fim do século XIX.

O conceito de bloco no poder apresenta as conexões entre as diferentes frações da classe dominante e o Estado. É a unidade contraditória das relações políticas envolvendo os conflitos entre as classes e as frações da classe dominante. A unidade do poder de Estado é realizada pela fração hegemônica. (POULANTZAS, 1977, p. 298) O Estado representa todas as frações de classe e grupos da classe dominante de maneira diferencial e contraditória. As disputas e os conflitos entre frações da classe dominante e o Estado são muito comuns. Mesmo o senhorio rural que controlava o aparelho municipal do Estado conhecia determinados aspectos da autonomia relativa da ação dos quadros do Estado.

Nesse aspecto o conceito de patrimonialismo também é bastante discutível perante a exposição de Oliveira, já que o próprio Estado além das contradições entre os polos de poder das frações da classe dominante passa a se posicionar nas mediações de forma distinta de antes do início da expansão da burguesia mercantil ainda no período imperial. A classe dominante mesmo a do senhorio tradicional perde força, apesar de manter a mais relevante parcela de poder e estar imbricada nos aparelhos institucionais municipais ou locais e muitos regionais abarcando espaços de influência e dominação pela estratégia familiar de longa duração.

As elites políticas nos seus diversos espaços de poder tiveram um importante papel no século XIX a partir da independência de 1822 e estiveram posicionados a frente da representatividade de vá-

rios negócios da classe dominante. Assim como no funcionamento do aparato burocrático de Estado nas funções administrativas, jurídicas e militares o legislativo opera sob a mesma lógica de poder a partir não apenas no que tange a representação dos interesses das frações da classe dominante como também muitos desses eleitos eram provenientes das famílias da burguesia em vários níveis hierárquicos.

Segundo Conniff (2006; p. 99): “Todas as sociedades organizadas selecionam elites para administrar os negócios públicos e tomar decisões que afetam suas populações. Desde a virada do século XIX para o século XX, os brasileiros recorreram a diversos métodos, com resultados variados, para escolher sua elite política”.

O que chama a atenção diante desse aspecto são os indivíduos que representam os interesses da burguesia. No século XIX ainda existiam muito mais barreiras à entrada de novos membros da classe política filtrados pelo poder econômico, pelo poder do prestígio social de lastro familiar e pelos vínculos políticos do apadrinhamento.

A organização social e política do Brasil desde as origens até o presente sempre adotou estratégias dos vínculos familiares na estruturação dessa sociedade e a literatura sobre o tema corrobora com todas as exposições teóricas até então.

Segundo Freyre (2007; p. 81):

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas. A força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar. Os senados da Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes.

A literatura de Freyre e Faoro fortalece a ideia de que o Estado patrimonialista consegue se autonomizar e fortalecer perante o rei e o imperialismo ou colonialismo como se tudo pudesse e conseguisse controlar e abarcar como um “Leviatã” histórico de amplitude e complexidade que se espalha por todos os espaços da organização social e política onde as famílias têm lugar central na posição das elites e da classe dominante.

O próprio Marx em muitas de suas abordagens reconhecia o poder geracional da classe dominante e adicionava aos aspectos que envolvem a economia política na sua crítica histórica.

Segundo Marx (1973; p. 81):

As três formas principais em que o Estado surge sobre as ruínas da organização da *gens* foram analisadas atrás, pormenorizadamente. Atenas constitui a forma pura, clássica; ali, o Estado deriva directa e principalmente das oposições de classe que se desenvolvem dentro da própria sociedade da *gens*. Em Roma, a sociedade da *gens* torna-se uma aristocracia fechada, no meio da numerosa *plebs*, que fica de fora e tem deveres, mas não direitos; a vitória da plebe rompe a velha organização baseada no parentesco e constrói sobre as suas ruínas o Estado, em cujo seio tanto a aristocracia da *gens* como a plebe se vêem depressa totalmente absorvidas.

Vejam que a abordagem de Marx recorre a questões hereditárias desde a antiguidade para procurar explicar o fenômeno social, político e histórico das formações sociais onde os gens aparecem de maneira recorrente em diversas sociedades, mesmo diante de guerras e situações que envolvem ruínas econômicas e confrontos intensos. As pesquisas e estudos que envolvem a hereditariedade como estratégia de dominação tem alcançado uma fatia cada vez maior de pesquisadores no Brasil.

A devida importância dada as famílias como fenômeno social e político continua se ampliando no Brasil, principalmente nas

últimas duas décadas em destaque na entrada do século XXI. A literatura macroestruturante da sociologia política, sociologia histórica, economia política, sociologia econômica, ciência política, antropologia, filosofia política, história e geografia podem em alguma medida conectar-se com as abordagens que relacionam estruturas de parentesco ou famílias com a classe dominante e ainda com as demais formas de organização política e social em várias dimensões, sejam elas locais, regionais, nacionais e transnacionais.

Cabe uma aproximação maior com esse rico objeto de pesquisa a partir da apresentação de itinerários bibliográficos de pesquisa que procuram dar conta do fenômeno sociológico sobre as famílias e as estruturas amplas e complexas das relações de parentesco.

De acordo com Goulart (2018, p. 68-69):

Da mesma forma que Ricardo Costa de Oliveira (1993; 1995; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001) durante os anos 1990 inaugura a discussão da política por meio da visualização das relações de parentesco observando o contexto paranaense, Letícia Bicalho Canêdo (1994; 1995; 1997) sinaliza em seus artigos, na mesma época, a centralidade das relações de parentesco para pensar a política mineira, bem como a continuidade de certos sobrenomes. Seguindo abordagem semelhante, na década de 2000, Igor Gastal Grill (2004; 2008; 2012) também enfatiza em suas produções os aspectos familiares como elementos indispensáveis para o entendimento da política ao tomar como contexto de análise o estado do Rio Grande do Sul.

A partir de pesquisas empíricas Oliveira, Canêdo e Grill passam a indicar com destaque a variável família como aspecto relevante para os estudos da política brasileira não mais somente em contextos atrasados e patriarcais, mas modernos e contemporâneos. O cenário político analisado pelos autores encontra-se notadamente em meio à complexidade da realidade brasileira capitalista e urbanizada, fundada em instituições de base republicana e democrática. Para eles, a perspectiva de se imprimir a tônica “família” na percepção política acaba sendo chave importante para compreensão das relações de poder no Brasil, do funcionamento das instituições e do jogo político, de forma geral.

Determinados grupos familiares concentram historicamente, alguns por séculos, privilégios sociais, econômicos e, sobretudo, posições de prestígio.

Mesmo em 2022 em plena pandemia de uma crise sanitária, econômica e política global, em especial no caso brasileiro, jamais na história ocorreu com essa dinâmica e alcance tal aspecto concomitante. O nepotismo, as estruturas de dominação política e social e o aumento brutal e avassalador do poder econômico e financeiro ainda no domínio familiar salta os olhos no Brasil, mesmo para pesquisadores experientes e atentos a essa dinâmica contemporânea.

Considerações finais

A classe dominante permanece no poder através da reprodução das estratégias do casamento, compadrio e de pactos com elites políticas e diversas frações de classe ainda hoje, e são em grande medida responsáveis pelas formas de dominação em diversos campos da estrutura social e política, além da econômica em conexão com o imperialismo, sintetizando a economia política secular dependente.

A abordagem teórica e empírica da atualidade impõe uma agenda de pesquisa que possa englobar diferentes e múltiplas teorias holísticas e conectadas com a realidade dinâmica e complexa do mundo capitalista contemporâneo onde a economia política, a sociologia política e histórica se encontram com a filosofia na sua capacidade de absorção da compreensão sobre o mundo.

Os estudos sobre as variantes de nepotismo no judiciário suscitam ainda mais debates na lógica desse poder cada vez mais atuante na vida nacional, assim como os estudos das políticas públicas devem ser incluídos nas abordagens de pesquisa do serviço social

brasileiro. As famílias históricas da classe dominante penetram em diversos setores da vida social, política, econômica e cultural do país desde a sua gênese tanto no setor público quanto da esfera privada onde os negócios realizados são construídos e administrados numa parceria entre amplas imbricações esfera pública/privada que ainda no século XXI estão muito vivas e atuantes.

A contribuição dos estudos da genealogia da classe dominante investigando famílias históricas tradicionais e emergentes recentemente é fundamental para compreendermos a tomada de decisão política dos grupos que dominam os recursos políticos e econômicos do país. Quem decide sobre as prioridades políticas para o país são pessoas pertencentes ao círculo de poder das famílias da classe dominante e por hipótese tendem a defender seus interesses de classe a favor da burguesia e de grupos dominantes internacionais representantes do imperialismo. Isso ocorre nas principais empresas estratégicas nacionais, nos três poderes do Estado e nos demais aparelhos institucionais como forma de garantir o processo de controle e dominação dos capitalistas brasileiros e estrangeiros desde a colonização até o presente.

Referências

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GOULART, Mônica H. S. Família e política: repensando relações. *In*: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: Liber Ars, 2018, p. 65-94.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.

MARX, Karl. **Sociedade e mudanças sociais**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1973.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

MACHADO, Vanderlei Hermes; MARCELINO, Marcelo Gonçalves; CAPRARO, Milene Zerek. **O papel da formação do patronato político na construção do Estado brasileiro e do Paraná**; In OLIVEIRA, Ricardo Oliveira de (org.). **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. São Paulo: Record, 2005.

SOFRI, Gianni. **O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.